



Relatório dos Auditores Independentes

Aos Conselheiros e Administradores
FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Espírito-santense de Tecnologia que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Espírito-santense de Tecnologia em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Continuidade operacional

A continuidade operacional da FEST depende da capacidade de renovação e contratação de parcerias com entes governamentais e empresas da iniciativa privada para a execução de projetos e pesquisas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão do acervo de contratos e parcerias, constatando a normalidade em relação a exercícios anteriores.

Aplicamos procedimentos de teste da execução físico-financeira dos projetos e pesquisas.

Discutimos com a Administração o desempenho operacional e estimativas de novos contratos.



Porque é um PAA

Controle de projetos e prestações de contas

O expressivo volume de projetos e pesquisas desenvolvidos pela FEST e as obrigações de prestações de contas, recomendaram o desenvolvimento de software aplicativo (ERP) para possibilitar o adequado gerenciamento e controle.

Gestão de custos

As medidas e diretrizes implementadas em 2020 e 2021 no sentido de reduzir e racionalizar custos operacionais foram mantidas em 2022, apesar do maior influxo de recursos financeiros possibilitado pelos contratos e termos aditivos celebrados em 2022.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aplicação de procedimentos de auditoria para validar a efetividade do funcionamento e a acurácia do acompanhamento financeiro;
Validação, em base de testes, do projeto piloto que está servindo para a parametrização das funcionalidades do ERP.

Aplicação de procedimentos de auditoria para validar custos operacionais em especial, mas não exclusivamente, quanto a gastos com mão-de-obra vinculada a projetos e pesquisas.
Discussão do desempenho operacional e financeiro com os Administradores da FEST.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável pela apresentação na Nota 16, de determinadas informações requeridas pela Portaria MPES nº 12.918/2019. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as informações apresentadas na citada Nota e, ao fazê-lo, considerar se essa informação está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Contábeis adotadas no Brasil ou se apresenta distorção relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante nessa Nota Explicativa, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1) e às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000 R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e o Conselho pretendam liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos nosso julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como mantemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria, apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as respectivas transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

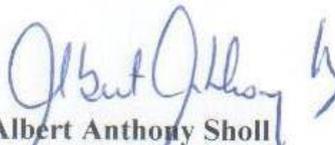


Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, cujos respectivos saldos são apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas e nosso relatório datado de 11 de março de 2022 não conteve modificações.

Vitória, 19 de junho de 2023

***C.F.A. Consultoria, Finanças
e Auditoria Independente S/S***
CRC-ES 2.017/O-4


Albert Anthony Sholl
Sócio
Contador CRC-ES 8.894/O-7

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Balço patrimonial em 30 de junho

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>		<u>Nota</u>	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.739.549	7.976.235	Obrigações trabalhista e fiscais	8	315.111	255.773
Créditos vinculados a contratos e projetos	5	84.429.838	173.813.250	Débitos vinculados a contratos e projetos	5	82.738.610	172.620.927
Demais ativos		<u>50.127</u>	<u>147.366</u>			<u>83.053.721</u>	<u>172.876.700</u>
		<u>98.219.514</u>	<u>181.936.851</u>				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	6	53.260	53.287	Provisão para contingências	6	<u>366.671</u>	<u>366.671</u>
Imobilizado	7	<u>62.475</u>	<u>82.710</u>				
		<u>115.734</u>	<u>135.997</u>	Patrimônio líquido	9	<u>14.914.856</u>	<u>8.829.477</u>
		<u>98.335.248</u>	<u>182.072.848</u>			<u>98.335.248</u>	<u>182.072.848</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração do Superávit

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>
Receita operacional bruta			
Gerenciamento de contratos e projetos		5.172.782	3.429.799
Superávit operacional		<u>5.172.782</u>	<u>3.429.799</u>
Despesas (receitas) operacionais			
Pessoal e encargos sociais	10	(897.881)	(845.437)
Administrativas e gerais	11	(577.161)	(442.860)
Despesas com depreciações	7	(6.094)	(14.126)
Financeiras			
. Receitas		564.538	42.049
. Despesas		(22)	
Outras despesas (líquidas)		<u>845</u>	<u>(10.497)</u>
		<u>(915.775)</u>	<u>(1.270.871)</u>
Superávit (déficit) do semestre		<u><u>4.257.008</u></u>	<u><u>2.158.928</u></u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração das mutações do patrimônio social

Em reais

	<u>Patrimônio de instituidores</u>	<u>Superávit (déficit) acumulado</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficit) do semestre</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2021	17.064	6.592.964	6.610.028	60.521	6.670.549
Transferência para patrimônio social		60.521	60.521	(60.521)	
Superávit do semestre				2.158.928	2.158.928
Em 30 de junho de 2021	<u>17.064</u>	<u>6.653.485</u>	<u>6.670.549</u>	<u>2.158.928</u>	<u>8.829.477</u>
Em 1º de janeiro de 2022	17.064	6.653.485	6.670.549	3.987.299	10.657.848
Transferência para patrimônio social		3.987.299	3.987.299	(3.987.299)	
Superávit do semestre				4.257.008	4.257.008
Em 30 de junho de 2022	<u>17.064</u>	<u>10.640.784</u>	<u>10.657.848</u>	<u>4.257.008</u>	<u>14.914.856</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração do fluxo de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>
Fluxo de caixa das:		
Atividades operacionais		
Superávit (déficit) do semestre	4.257.008	2.158.928
Ajustes para reconciliar o resultado à geração de caixa proporcionada pelas operações:		
. Depreciação e amortização	6.094	14.126
Superávit (déficit) ajustado	<u>4.263.102</u>	<u>2.173.054</u>
Variações em ativos e passivos operacionais		
. Ativos vinculados a projetos	(2.531.781)	40.481.254
. Passivos vinculados a projetos	2.048.891	(40.488.331)
. Demais ativos circulantes	83.756	(12.306)
. Demais passivos circulantes	9.648	46.442
. Depósitos judiciais		(10.059)
Caixa gerado (aplicado) nas operações	<u>3.873.616</u>	<u>2.190.054</u>
Atividades de investimento		
. Aquisição de imobilizado tangível		
Caixa aplicado nos investimentos	<u>0</u>	<u>0</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	3.873.616	2.190.054
Caixa e equivalentes no início do semestre	<u>9.865.933</u>	<u>5.786.181</u>
Caixa e equivalentes no fim do semestre	<u><u>13.739.549</u></u>	<u><u>7.976.235</u></u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Notas explicativas às demonstrações contábeis

em 30 de junho de 2022 e de 2021

1. Contexto operacional

A FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia, instituída em 18 de fevereiro de 1999, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, possuindo sede na Av. Fernando Ferrari, 845 – Campus Universitário de Goiabeiras, em Vitória, e são seus objetivos a pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, atuando em educação e desenvolvimento da ciência e tecnologia. O desenvolvimento de suas atividades pode ser efetuado em âmbito nacional.

Constituir-se enquanto entidade capaz de empreender iniciativas, em regime de convênios e contratos de parcerias, tem sido um dos objetivos estratégicos da entidade que se pretende firmar no sentido de captação e gerenciamento de recursos e no fomento de ações que minimizem as consequências geradas por condições econômicas e políticas atuais. Enquanto organização social com valores norteados pela transparência, ética e diálogo interno, a FEST desenvolve projetos por meio de programas, tanto da Universidade (MEC) quanto de empresas e organizações da sociedade civil, proporcionando benefícios tanto no âmbito acadêmico quanto no do social – a coletividade em sentido amplo. Os recursos que garantem a consecução dos seus objetivos sociais são aportados por pessoas jurídicas, além de entidades governamentais.

A fundação, portanto, encontra-se inserida em macro contexto que se sujeita a influências de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, assim como pelo planejamento e implantação de iniciativas socioeducativas e assistenciais por partes de entes da iniciativa privada, como suas contrapartidas para as comunidades em que se encontram inseridas.

Na realização dos objetivos sociais, a administração da FEST observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economia e eficiência.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis são apresentadas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em particular a NBC TG 1.000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicada em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002(R1) – Entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação em 19 de junho de 2023.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

(c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos, contingências e outras.

A liquidação das transações e saldos apurados pela aplicação dessas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente considerados.

Estimativas e premissas são revisadas periodicamente e eventuais efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que a estimativa foi revisada ou em exercícios futuros que venham a ser afetados.

(d) Continuidade operacional

Os responsáveis pela governança corporativa da entidade avaliaram a adequação do uso da base de continuidade operacional, mediante a revisão da série histórica de geração de superávits, os indicadores operacionais relevantes, os orçamentos operacionais e as ações administrativas empreendidas para aprimorar a gestão de contratos e projetos, passando a atuar de forma proativa na busca de novos convênios e contratos com novos parceiros e com os já existentes.

(e) Novos pronunciamentos contábeis, revisados ou aplicados pela primeira vez em 2022

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2022, não apresentaram impactos nas demonstrações contábeis da Fundação. A Fundação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que venham a ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Fundação.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

(a) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência, levando em consideração as seguintes particularidades:

- (i) Receitas de administração de convênios, contratos e projetos – são reconhecidas quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço (projeto) são transferidos para o contratante;
- (ii) No primeiro semestre de 2021 as obrigações decorrentes de férias e 13º salário de empregados foram reconhecidas segundo o regime de competência mensal; e
- (iii) Resultado financeiro – para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que se sujeitam a juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva (contratual), que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa relativos à vida estimada do instrumento financeiro ou em período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

(b) Instrumentos financeiros

A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1.000(R1) para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos

financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, ativos e passivos vinculados a convênios, contratos e projetos, contas a pagar a fornecedores, obrigações sociais, assim como trabalhistas e previdenciárias. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros. Dada à natureza desses instrumentos e à sua realização e/ou liquidação no curto prazo, os correspondentes saldos contábeis podem ser considerados como próximos aos de mercado.

(c) Ativos circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em espécie mantido em contas bancárias de livre movimentação e de aplicações financeiras como demonstrado na Nota 4.

O ativo imobilizado é apresentado ao custo de aquisição. A depreciação é apurada pelo método linear e leva em consideração as vidas úteis abaixo:

	Vida estimada em anos:
Equipamento de informática e softwares	5
Móveis e utensílios e equipamentos de escritório	10
Máquinas e equipamentos	10

Os demais ativos circulantes e não circulantes, são apresentados ao valor de custo, incluindo quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos e as variações em indexadores contratuais, além de, quando aplicável, ajustes aos prováveis valores de realização.

(d) Passivos circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação. As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(e) Regime especial de tributação

A FEST, por tratar-se de instituição sem fins lucrativos, está isenta do recolhimento dos impostos e contribuições federais (Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme disposto na Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com exceção do PIS – Programa de Integração Social, calculado à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento de salários.

(f) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a NBC TG 1.000(R1).

(g) Demonstração do Resultado Abrangente

A Fundação não possui itens de receitas e despesas com natureza que afete a demonstração do resultado abrangente.

(h) Informações por segmento

Não requerida, uma vez que as operações da entidade são exclusivamente sem fins lucrativos relacionadas com atividades que constituem o objeto social, qual seja, as de caráter educacional e de apoio e desenvolvimento da ciência e tecnologia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho	
	2.022	2.021
Aplicações financeiras	13.679.060	7.919.589
Caderneta de poupança	60.489	56.646
	<u>13.739.549</u>	<u>7.976.235</u>

As aplicações financeiras sujeitam-se a remunerações consentâneas às habitualmente praticadas pelo mercado, em condições e prazos equivalentes.

5. Créditos e obrigações vinculados a contratos e projetos

	30 de junho	
	2.022	2.021
<i>Créditos</i>		
Caixa e equivalentes de caixa		
. Contas bancárias	278.560	229.719
. Aplicações financeiras	25.817.247	17.385.960
. Caderneta de poupança	49.516.112	48.771.689
Contas a receber	8.395.265	107.413.944
Outros	422.654	11.938
	<u>84.429.838</u>	<u>173.813.250</u>
<i>Obrigações</i>		
Obrigações fiscais e sociais	4.615.245	3.989.965
Gerenciamento de projetos	69.728.028	127.260.187
Convênios/contratos/termos de parceria	8.395.265	41.358.837
Outros		11.938
	<u>82.738.538</u>	<u>172.620.927</u>

6. Depósitos judiciais e contingências

	Em Reais	
	2.022	2.021
Depósito judicial INSS	43.228	43.228
Depósito judicial - ações trabalhistas	10.032	10.059
	<u>53.260</u>	<u>53.287</u>
ISSQN a devolver vinculado a depósitos judiciais	366.671	366.671
	<u>366.671</u>	<u>366.671</u>

7. Imobilizado

	Em Reais	
	2.022	2.021
Móveis e utensílios	39.226	48.684
Máquinas e equipamentos	11.199	20.987
Equipamenetos de informática	12.049	13.039
	<u>62.475</u>	<u>82.710</u>

Movimentação das contas durante o semestre (valores em Reais):

	Saldo inicial	Movimento do semestre		Saldo final
		Adições	Baixas	
Imobilizado tangível				
Móveis e utensílios	94.433			94.433
Máquinas e equipamentos	79.990			79.990
Equipamentos de informática	28.099			28.099
	<u>202.522</u>			<u>202.522</u>
Depreciação acumulada				
Móveis e utensílios	(50.486)	(4.721)		(55.207)
Máquinas e equipamentos	(16.465)	(435)		(16.900)
Equipamentos de informática	(67.002)	(939)		(67.941)
	<u>(133.953)</u>	<u>(6.095)</u>		<u>(140.048)</u>

A depreciação do semestre totalizou R\$ 6.095 (2021 – R\$ 14.126) e foi integralmente apropriada como despesa operacional, na apuração do superávit.

8. Obrigações trabalhistas e fiscais

	Em Reais	
	2.022	2.021
Folha de pagamento a pagar	57.665	59.037
Férias a pagar	98.354	83.997
Provisão de encargos s/ férias	33.447	29.961
13º salário a pagar	35.750	31.231
Provisão de encargos s/ 13º salário	12.189	11.099
INSS a recolher sobre folha de pagamento	27.407	25.294
INSS retido terceiros PJ	34.417	
FGTS a recolher	6.105	5.007
IRRF sobre salários	8.945	9.330
PIS sobre folha de pagamento	832	745
Outros	72	72
	<u>315.183</u>	<u>255.773</u>

9. Patrimônio líquido

Representado pela dotação inicial integralizada pelos instituidores, acrescida ou reduzida, respectivamente, dos superávits ou déficits apurados ao término de cada exercício social.

As mutações significativas verificadas nos semestres relacionam-se com a apuração de superávit de R\$ 4.257.008 (2.021 – R\$ 2.158.928).

10. Despesas com pessoal e encargos sociais

	Em Reais	
	2.022	2.021
Salários e ordenados	382.863	342.714
Férias	48.136	40.741
Auxílio alimentação	120.812	124.446
Plano de saúde	105.644	93.473
INSS Patronal	124.220	109.382
FGTS	35.617	31.599
Rescisões de contratos de trabalho		29.297
Outras despesas com pessoal	80.588	73.785
	<u>897.881</u>	<u>845.437</u>

11. Despesas administrativas e gerais

	Em Reais	
	2.022	2.021
Serviços prestados por terceiros	273.372	249.719
Manutenção	120.598	43.599
Água, energia, comunicação	19.260	18.227
Materiais administrativos e de uso e consumo	14.964	15.588
Locação de bens	16.708	16.708
Frete e correios	8.269	8.999
Conservação e limpeza	16.432	14.646
Tributárias	9.934	15.878
Viagens e estadias	17.041	5.777
Outras despesas	80.584	53.719
	<u>577.161</u>	<u>442.860</u>

12. Cobertura de seguros

A Administração da entidade contratou cobertura de seguros que objetivam cobrir os riscos considerados mais significativos relativamente às operações sociais e responsabilidade contra terceiros.

13. Não remuneração dos Conselhos de Administração e Curador

Os Conselheiros e demais associados da FEST não são remunerados, seja a que título for sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

14. Aplicação dos recursos

Todos os recursos captados pela entidade são integral e exclusivamente aplicados no país, nas atividades relacionadas a seu objeto social e no custeio das atividades administrativas de apoio, em estrita conformidade com o Estatuto Social.

15. Renúncia Fiscal

A renúncia fiscal é um incentivo governamental em favor das entidades sem fins lucrativos, cujo objetivo seja a geração de benefícios sociais e econômicos para a sociedade na qual estão inseridas. Tais renúncias fiscais decorrentes da não cobrança de tributos federais, estaduais e municipais sobre as receitas e superávits auferidos pela entidade foram reinvestidas nas atividades relacionadas com o objeto social, como definido no Estatuto Social da FEST.

16. Informações requeridas pela Portaria nº 12.918/2019

Para o atendimento de requisitos da citada Portaria, são apresentadas as informações abaixo, as quais não são consideradas essenciais para a adequada apresentação patrimonial e financeira da fundação:

- a) **Adimplência quanto a obrigações civis, comerciais, administrativas, tributárias, trabalhistas e previdenciárias e outras disposições deste Ato Normativo.**

A FEST cumpre rigorosa e pontualmente suas obrigações, como referidas no tópico. Com relação à interpretação de certas determinações da legislação tributária, com as quais a FEST não concorda, os consultores jurídicos ajuizaram ações contestando importâncias cobradas pelas autoridades fiscais. No presente momento não é possível prever qual será o desfecho de tais ações.

b) Fundação de utilidade pública e/ou qualificada como sociedade civil de interesse público ou beneficiária de isenção de imposto de renda.

Com relação aos aspectos de “fundação de utilidade pública e/ou qualificada como organização da sociedade civil de interesse público” estes não se aplicam à FEST. Na qualidade de Fundação, ao amparo de disposições constitucionais e, ainda, do pleno atendimento aos arts. 9, IV e 14 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) a FEST goza de isenção de imposto de renda e tem cumprido regularmente os requisitos, tais como: (i) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio e de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; (iii) manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

c) Compatibilidade entre o orçamento e a obtenção de recursos, os aspectos econômico-financeiros e contábeis.

Como evidenciado nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022, a compatibilidade a que se refere o presente tópico está expressa: (i) pela geração de superávit no montante de R\$ 4.257.008; (ii) por apresentar superávits acumulados até dezembro de 2021 que somam R\$ 6.653.485 e, finalmente, por apresentar expressiva reserva financeira em seu caixa e equivalentes de caixa, cujo saldo ao final do semestre era de R\$ 13.739.549. Tais saldos evidenciam a suficiência de recursos obtidos face às necessidades de aplicação nas atividades contempladas pelo objeto social – atividades de ensino e desenvolvimento tecnológico – executadas mediante a gestão de contratos e projetos de entidades e empresas para as quais a FEST executa o gerenciamento e execução. Da mesma forma, os aspectos econômicos e financeiros encontram-se expressos nas demonstrações contábeis e respectivas Notas Explicativas.

d) Pertinência das remunerações pagas pela fundação.

As remunerações pagas pela FEST a seus empregados seguem rigorosamente as convenções coletivas de trabalho firmadas com o respectivo Sindicato de Classe.

e) Emprego, pela fundação, de sua atividade, seu patrimônio e seus recursos nos fins para os quais foi instituída.

A FEST desde a sua constituição em 18 de fevereiro de 1999 aplica seu patrimônio integralmente nas atividades e finalidades para as quais foi constituída, tendo nesse período gerenciado e executado centenas de contratos e projetos, contribuindo tanto para o ambiente acadêmico quanto para a sociedade em geral – pelo gerenciamento e execução de contratos e projetos de empresas da iniciativa privada que a escolheram para operacionalizar ações socioeducativas, assistenciais e de cumprimento de termos de adequação de conduta, com isso concedendo contrapartida às comunidades nas quais se encontram inseridas. Como devidamente evidenciado nas demonstrações contábeis, em particular as demonstrações do superávit e do fluxo de caixa, seu patrimônio e recursos são aplicados exclusivamente nas atividades para as quais foi instituída.

FEST – Fundação Espírito- santense de Tecnologia

Demonstrações contábeis em 30 de junho de 2022 e relatório dos auditores independentes



*C.F.A. Consultoria, Finanças
e Auditoria Independente S/S*